



# Evolução da política fiscal na Malásia (1970-2002)

Manuela Costa Carmona –manuelacarmona@gmail.com - Instituto de Economia UNICAMP

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Cazeiro Lopreato– lopreato@eco.unicamp.br – Instituto de Economia UNICAMP

CECON

Palavras – chave: crise asiática; política fiscal expansionista; controle intertemporal das contas públicas

## Introdução

O objetivo central do trabalho é o estudo sobre a condução da política fiscal na Malásia, antes e durante a crise de 1997, a qual proporcionou a recuperação menos tardia desta economia quando comparada aos seus vizinhos e ao Brasil, também afetados.

## Metodologia

A metodologia para a execução do trabalho fundamentou-se na análise da literatura sobre o tema e na busca de dados disponibilizados pelo Tesouro malaio.

## Trajetória da política fiscal na Malásia (1970-2002)

### Malásia: antes da crise

A partir da última metade do Século XX, a Malásia apresentou-se como uma economia emergente capaz de ultrapassar as barreiras do atraso através da implantação de um conjunto de políticas macroeconômicas que proporcionariam um desenvolvimento sustentável a longo prazo, com altas taxas de crescimento estáveis. Deste modo, o estudo da postura malaia nas últimas três décadas do século XX é fundamental para pensar as condições de recuperação do país após a crise de 1997 e as medidas econômicas, principalmente fiscais, adotadas para a rápida volta ao crescimento no início do século XXI.

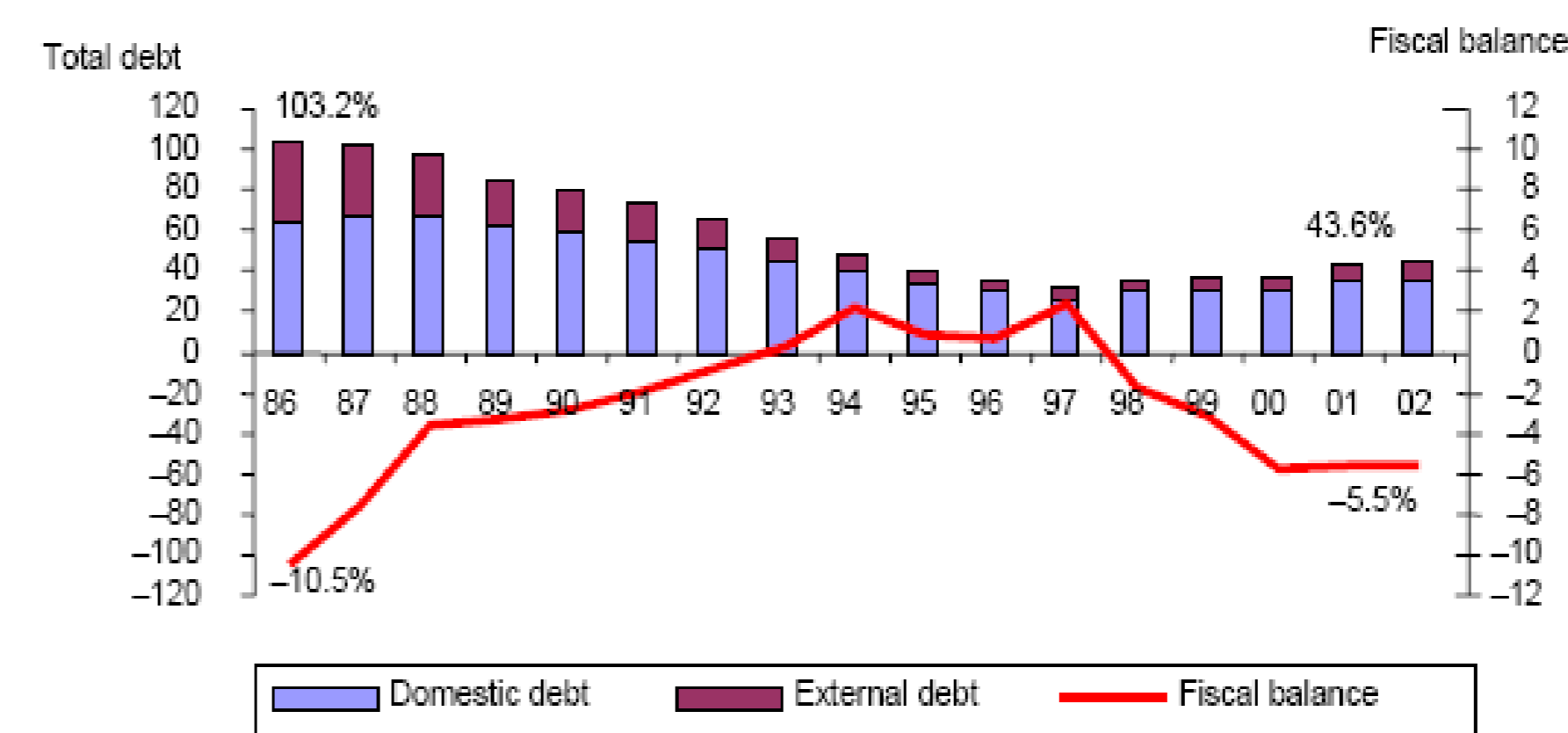
### A política fiscal contracíclica da década de 70 e 80

Na década de 70, o Estado malaio passou a interferir diretamente na economia articulando projetos de desenvolvimento nacional financiados principalmente por recursos públicos. Aumentou o gasto em setores estratégicos da economia para promover o desenvolvimento estruturado de indústrias ligadas ao setor eletroeletrônico e de manufaturas de exportação. Como acabou perdendo o controle efetivo das contas públicas, mal manejadas no período, o Estado adotou uma postura mais conservadora, nos anos posteriores, o que Olin Liu (2001) chamou de prudência fiscal, para reequilibrar o *fiscal balance*.

### Prudência fiscal na década de 90

O governo da Malásia deu seqüência ao esforço fiscal realizado no final da década de 80 e manteve o rumo da política fiscal. Pretendendo diminuir os constantes déficits no orçamento, ocasionados pela política expansionista de gasto da década de 70 e início da de 80, o governo determinou uma política fiscal mais regrada, com reduções do setor público através das privatizações, e com reorientação do gasto diretamente para os setores de infra-estrutura básica.

O esforço fiscal culminou em excedentes orçamentários por cinco anos (1993-1997), como evidente no figura1: de um déficit de, aproximadamente, 2% do PIB, em 1992, atingiu um superávit de 3 % do PIB, em 1997.



<sup>1</sup> As a percentage of GDP.

Figura 1

Esse excedente fiscal trouxe a melhoria significativa da situação financeira do governo, permitindo com que este quitasse grande parte da dívida externa adquirida na década anterior. Ademais, permitiu a manutenção das altas taxas de crescimento do PIB, ancorada no desenvolvimento dos setores industriais eletroeletrônicos e de manufatura de exportação .

### A Crise de 1997

A crise que atingiu grande parte dos países asiáticos em 1997 conduziu a uma nova forma de ação do setor público malaio na segunda metade da década de 90. Ao contrário do que indicava a tendência de comportamento fiscal da época neoliberal de diminuição dos gastos públicos e manutenção do controle intertemporal da contas públicas, feito através de ajustes regressivos, como é o caso do Brasil, a Malásia adotou em 1998 uma política fiscal contracíclica visando não só recuperar a taxa de investimento produtivo como também reaquecer a demanda interna. A maior ação do Estado malaio se deu por meio de um aumento substancial dos gastos públicos em áreas sociais e àquelas consideradas estratégicas para o crescimento da economia, e mesmo provocando déficits fiscais limitados à 6% do PIB, a estratégia fomentou a produção interna, deu fôlego para o investimento, e contribuiu decisivamente para a recuperação rápida e mais saudável do país, quando comparado com seus vizinhos.

Em 2003, a prudência fiscal já pôde ser restaurada, com menores gastos e equilíbrio das contas públicas, já que a dinâmica de sua economia havia tomado, novamente, os rumos do crescimento.

## Considerações Finais

As posturas fiscais na Malásia e no Brasil sofreram grandes alterações na década de 90 em decorrência da crise asiática e da necessidade de adaptação das políticas macroeconômicas às exigências neoliberais do FMI, no caso do Brasil.

Na Malásia, optou-se por uma política fiscal contracíclica, de medidas discricionárias de gasto e estímulo ao desenvolvimento, aquecendo a demanda interna e priorizando a reestruturação de sua economia, sem sacrificar, no entanto, as contas públicas, que se mantiveram deficitárias, porém sustentáveis e em equilíbrio durante o período de implantação do expansionismo fiscal.

No Brasil, pelo contrário, ao priorizar o ajuste fiscal com a sustentabilidade intertemporal das contas públicas, de acordo com o receituário neoliberal proposto pelo FMI, e a redução, ou estabilidade, do indicador dívida/PIB para evitar a fuga de investidores estrangeiros, verifica-se a restrição do raio de manobra do Estado, condenando a taxa de investimento e de crescimento.